

## “Que é que pode ser o rei?” O Paiz e a linguagem de contestação da ordem no final da década de 1880

“Who can be the king?” O Paiz and the language about order contestation in the end of the 1880 decade

**Cibele Camargos Pereira**  
Graduada em História  
Faculdade Saberes - ES  
cibelecamargosp@gmail.com

**Recebido em:** 06/07/2020

**Aprovado em:** 30/07/2020

**Resumo:** O presente artigo pretende analisar a linguagem de contestação da ordem imperial que fora veiculada no jornal “O Paiz” na década de oitenta do século XIX brasileiro. Evidenciamos a imprensa como elemento determinante no processo de desconstrução dos simbolismos que sustentavam a representação da monarquia. Promovemos um balanço, ilustrando as principais perspectivas historiográficas acerca do ocaso do Império. Neste sentido, exploramos a inauguração de uma nova cultura política na sociedade imperial, fundada na crítica as tradições do regime, e na construção de um vocabulário que propagandeava a República.

**Palavras chaves:** Crise do Império; Republicanismo; Imprensa.

**Abstract:** This paper intend to analyze the contestation language about the empire order that was made in the newspaper “O Paiz” in the end of the brazilian nineteenth century. Emphasised the press like a important artifice in the deconstruction of the symbolisms that supported the monarchy representation. We performed a balance, illustrating the main historiographic prospects about the end of the Empire. In this respect, we explored the inauguration of a new politic culture in the empire society, grounded in the critic of the state traditions, and in the constrution on the new vocabulary that promoted the Republic.

**Keywords:** Empire crisis; Republicanism; Press.

Almejando compreender a conjuntura política do processo de ruína do regime imperial brasileiro, dirigimos nosso olhar sobre as linguagens que circulavam no período. Consideramos o arcabouço linguístico do contexto como articulação de grupos insatisfeitos com a situação de alijamento do poder político, dando margem para a construção de uma nova cultura política, fundada no questionamento do regime vigente.

As últimas décadas do século XIX brasileiro abrigaram modificações em diversos eixos da ordem estabelecida. O movimento abolicionista e as leis que iniciaram a emancipação dos escravos; a ampliação do acesso às universidades; a oportunização da fundação de tipografias e publicação de jornais; a emergência do republicanismo, constituíram uma série de mudanças que alteraram o cenário político nacional (ALONSO, 2002, p.97-98).

Segundo Angela Alonso, a modernização ocorrida na sociedade imperial nos anos de 1870 promoveu um conflito intra-elite. Neste sentido, os dois partidos imperiais, conservador e liberal<sup>1</sup>, se desfiguraram. Além disso, a entrada em cena de uma nova geração de intelectuais começara a pressionar o sistema, a fim de atingir os cargos representativos do governo (ALONSO, 2002, p.86-87).

É necessário compreender os elementos que compõe a sustentação do regime imperial. Desse modo, averiguaremos como se desenvolveram as linguagens dos contestadores da ordem, além de identificar o arcabouço linguístico dos envolvidos no processo, responsáveis pela introdução de uma nova cultura política. A ressignificação da representação da monarquia conduziu seus caminhos ao colapso, e posteriormente à ruína.

### **Os sentidos da crise**

A ordem estabelecida no Brasil imperial no instante posterior a proclamação de sua Independência do Estado português, foi, conforme argumenta José Murilo de Carvalho, consequência das decisões da elite política do período. A instalação de um regime monárquico, a construção da unidade nacional, “de um governo civil estável”, a opção pela manutenção do trabalho escravo, o catolicismo e a excessiva centralização política constituem alternativas impostas pelos anseios de uma elite política existente no país, permeada por uma homogeneização ideológica, visto que compartilhavam, grosso modo, a formação acadêmica (CARVALHO, 2008, p.21).

A referida elite imperial, conforme salienta Angela Alonso, possuía como modelo o repertório europeu, almejando não aproximar sua experiência em similaridades com os países da América próxima, visto que a vivência política na América latina era marcada por desordem. Havia um consenso acerca dos aspectos da ordem estabelecida que não poderiam conhecer

---

<sup>1</sup> O Partido Liberal dividia-se e perdia seus membros mais radicais para o novo Partido Republicano (CARVALHO, 2008, p.207). Já no interior do Partido Conservador, a parte moderada enfrentou os emperrados, empreendendo uma reforma modernizadora no Império (ALONSO, 2009, p.4-5).

reformas, pois constituíam a base do regime: “a forma de governo, o regime de trabalho, a religião do Estado, o controle social” (ALONSO, 2002, p.65).

Compreendemos que a conjuntura do Brasil monárquico era alicerçada em uma rede de elementos simbólicos que mantinham sua ordem inalterada, onde não cabiam reformas, portanto, a elite dirigente não direcionava críticas a esses aspectos. Contudo, um novo grupo de intelectuais surgira no contexto imperial (na década de 1860 para Carvalho; e na década de 1870 para Alonso) como questionadores das bases do regime, contestando a sua perpetuação, visto que encontravam-se excluídos dos espaços de atuação política.

O processo de ruína da ordem imperial originou uma série de interpretações historiográficas diferentes. Oliveira Viana(2010) e Nelson Werneck Sodré(1987), parte da historiografia tradicional, entendem o processo como orientado por três aspectos: a Questão Militar, a Questão Religiosa e a Questão da Abolição. A obra de Sodré pauta-se numa visão marxista, evidenciando o processo como marcado pela emergência de uma classe média, que impõe nova configuração à sociedade imperial (SODRÉ, 1987, p.269-270). Já o trabalho de Oliveira Vianna (2010) explicita a influência da crise do gabinete Zacarias de Goés, em 1868, no processo de deslegitimação do regime.

Em contrapartida, para Emília Viotti da Costa, o golpe de 15 de novembro fora articulado a partir da insatisfação do exército, somado a impaciência dos membros do Partido Republicano, que não vislumbravam reformas possíveis no interior do regime. A oligarquia dominante havia deixado claro que não cederia espaço para reformas, já que elas ameaçariam seu poder (COSTA, 1999, p488-489).

Sérgio Buarque de Hollanda (2004, p.7) argumenta que, a queda do gabinete liberal em 1868, e o estabelecimento do conservador, marcam o fim das glórias do regime e o início da crise. A grave crise econômica de 1875 comprometeu a modernização do país. Ademais, a enfermidade que vitimou o imperador a partir de 1877, influenciou o simbolismo monárquico, já que uma monarquia se sustenta na imagem de um rei forte. Somada a essas questões, Hollanda salienta que homens de elite excluídos da representação política iniciam a retórica da contestação ao regime (HOLLANDA, 2004, p.349 e 353).

Entretanto, a perspectiva dos referidos autores nos parece insuficiente para entender a composição da crise do Brasil Imperial, concordamos com a visão mais recente, de Angela

Alonso, acerca do processo. Alonso afirma que até a década de 1870 as instituições políticas desenvolvidas pelos conservadores mantiveram-se intactas e inquestionadas em sua essência. Contudo, os anseios dos liberais em expandir sua participação política converteram-se em pressões favoráveis à reforma eleitoral e judiciária (ALONSO, 2002, p.70-71).

Ademais, os fundamentos da economia, pautada no escravismo, encaminhavam-se para o colapso do sistema, conduzindo à propagação de divergências no seio do Partido Conservador. Os conservadores emperrados repudiavam modificações nos princípios do regime, ao passo que os moderados entendiam que as mudanças deveriam ocorrer de modo gradual (ALONSO, 2009, p.4-5).

Compreendemos que a fragilização do *status quo* saquarema, fora gerada pelas desavenças no interior da elite e pela interrupção da agenda da modernização conservadora. Destacamos também as modificações no âmbito econômico a partir da Lei Eusébio de Queiroz e das reformas do gabinete do Visconde do Rio Branco. Ademais, os meios de expressar opiniões tornaram-se mais acessíveis, sendo mais fácil fundar tipografias, publicar livros e jornais, como também ingressar no ensino superior. Desse modo, criam-se os meios para a estruturação de um espaço público de discussão política nas áreas urbanas. Nesse ambiente compôs-se a contestação de elementos como a escravidão e a própria monarquia, assim emergia a crise (ALONSO, 2002, p.97-98).

A partir desta perspectiva, o surgimento de setores da elite imperial, descontentes com a ordem estabelecida relaciona-se à ocorrência de transformações no interior da própria elite imperial. Explicitamos a atuação de uma nova geração política.

Nesse sentido, segundo Milene Ribas da Costa, as modificações geradas pela lei Eusébio de Queiroz (1850), e a “modernização conservadora” (nos anos iniciais da década de 1870), conduziram à formação de dois grupos com interesses díspares. A elite tradicional afeita e privilegiada pela ordem imperial estabelecida, contrária a reformas, passou a conviver com um grupo ligado a novas experiências econômicas e proveniente de outros setores sociais, excluídos do sistema político e interessados em ocupar estes espaços (RIBAS DA COSTA, 2006, p.29).

No campo das ideias, Karulliny Silverol Siqueira salienta que, o final do Oitocentos brasileiro fora permeado pelo fluxo contínuo de teorias estrangeiras de caráter cientificista, evolucionista e progressista, assim conjugava-se uma nova linguagem e cultura política. A

historiadora evidencia que, a crise definiu-se a partir do repertório de rechaço ao Estado monárquico, entendido como ineficaz, e pela exaltação da República, modelo do progresso (SIQUEIRA, 2016, p.101-102).

Compreendemos que os impulsos da contestação eram orientados pelos desejos dos marginalizados politicamente em construir a sua participação. Não se tratava apenas de republicanos visando impugnar a manutenção do sistema monárquico, as vozes dos liberais radicais também questionavam as formas como os caminhos do império eram conduzidos. A conjuntura que ensejou a formação dos novos grupos de intelectuais, bem como a oportunidade de seus posicionamentos serem expostos, foi responsável pela constituição da crise.

### **Instrumentos de contestação da ordem**

A década de 1870 foi palco para a emergência de uma nova geração de intelectuais no Brasil monárquico. O grupo formado possui gênese na democratização do acesso ao Ensino Superior, na ampliação dos ambientes de leitura, provenientes da modernização conservadora. A geração de 1870 começou a exprimir seus ideais a partir de um processo divergente dos políticos tradicionais. Já que não conseguiam alcançar cargos nos ambientes políticos tradicionais (Parlamento, Câmara do Senado, Câmara dos Deputados, Assembléias Legislativas Provinciais), articulam novos modos de expressão política.

Os grupos contestadores do regime imperial encontraram alternativas para propagar seus discursos utilizando “campanhas temáticas, associações de curta duração, passeatas, comícios, banquetes”, além disso, valiam-se dos periódicos e da publicação de livros. Em destaque, delineia a imprensa como responsável pela emergência de um novo “clima político-cultural” (ALONSO, 2002, p.276 e 279).

De acordo com Marialva Barbosa, a década de 1880 inaugura uma modernização dos periódicos, aumenta-se o número de tipografias nas províncias fluminense e paulista. A autora salienta que a expansão dos meios de transporte, bem como o melhoramento dos serviços dos Correios, é responsável pela constituição de um hábito de leitura dos periódicos nos centros urbanos nacionais (BARBOSA, 2010, p.117).

A elite contestadora encontrou na imprensa um espaço de articulação política, sendo, portanto, amplamente utilizado. Para Lúcia Ferreira (2010, p.1), o discurso da imprensa atua

“como espaço sócio-histórico em que se articulam o poder e as transformações sociais, participe ativo na construção das identidades culturais [...]”.

Nesse sentido, os periódicos redigidos pelos questionadores da ordem monárquica, almejam modelar os posicionamentos dos leitores em relação aos fundamentos do regime. Assim como esclarece Humberto Fernandes Machado (2007, p.4), os periódicos partilham do poder de moldar a opinião pública a partir do fato que está sendo veiculado em suas páginas.

Considerando a análise de Silvana Mota Barbosa Blanco, percebemos os periódicos redigidos no contexto da crise imperial como cruciais no processo de deterioração simbólica da ordem monárquica e de deslegitimação das suas instituições, promovendo intenso “juízo” da dinâmica imperial. As páginas dos jornais questionadores do regime eram permeadas por um “estilo teatral, trágico ou cômico” (BLANCO, 1995, p.90).

Contudo, por meio da análise de Andrea Santos da Silva Pessanha, é possível conferir, que o caráter formador de opinião pública atribuído aos jornais no Brasil Imperial necessita observação. É prudente observar que os periódicos atingiam seletivo público letrado, visto que as condições de alfabetização nacional eram restritas, assim como o valor da folha caracterizava-se como empecilho para atingir os grupos menos abastados (PESSANHA, 2006, p.57).

No entanto, ainda assim, o percurso da urbanização facilitou a difusão das mensagens dos jornalistas, ampliando o número de leitores, assim como o espalhamento, por meio da oralidade, dos discursos escritos, com destaque para a leitura pública (PESSANHA, 2006, p.57).

A democratização dos meios de expressão de opinião propiciou a articulação da crítica no período da crise do regime imperial. Os novos espaços constituíram ferramenta essencial para a propaganda republicana, bem como para a reivindicação liberal por reformas no interior do regime. A dessacralização da monarquia ocorreu nas ruas, nos eventos públicos e nos periódicos, dia após dia, em certo ponto, toda a ordem viria a ruir.

### **O vocabulário da contestação: o periódico *O Paiz* no final da década de 1880**

A desconstrução dos elementos que promoviam a perpetuação da ordem imperial ocorreu através dos novos discursos advindos daqueles que antes eram silenciados, já que não possuíam espaço para ecoar suas ideias. As críticas eram direcionadas aos sustentáculos do regime monárquico, atacando diretamente os pilares do *status quo* imperial, moldados pelos Saquaremas

nos anos anteriores. A configuração da contestação trabalhava de modo a desacreditar a eficácia do sistema vigente, valendo-se de um novo vocabulário linguístico.

Ao longo da crise, a representação da monarquia vai assumindo novos contornos frente à sociedade imperial, orientada pela nova cultura política do período. Nesse sentido, compreendemos que a soberania política de um monarca é respaldada em meio da exibição de artifícios simbólicos, de signos que esculpem sua imagem e legitimam a sua dominação (CHARTIER, 2011, p.21). Portanto, entendemos que as investidas em relação a representação do império, propulcionistas de severas modificações na forma como o poder imperial era encarado necessita atenta análise, visto que atuou como determinante para o ensejo da República.

O vocabulário da nova cultura política se inscrevia no clamor por reformas, que conduzia o debate e os confrontos entre os políticos. Milene Ribas da Costa (2006, p.32) entende a linguagem contestatória como direcionada às faculdades do Poder Moderador, a centralização política e administrativa, e aos privilégios da elite tradicional.

Ademais, Maria Teresa Chaves de Mello concorda com os pressupostos da referida autora, acrescentando a representação da figura do monarca, o modo de trabalho escravo, a centralização política e administrativa como questões de rechaço dos contestadores. As condecorações eram vistas como mantenedoras dos privilégios, condenavam o regime, acusando-o de corrupção. Mello aponta que a doença do imperador incidiu diretamente sobre o poder monárquico, o discurso republicano apontava uma fragilidade do poder pessoal com Pedro II enfermo, afirmando que o “espírito do regime ficava atingido” (MELLO, 2007).

A crítica dos contestadores era voltada para as “instituições políticas do Segundo Reinado” e para os “valores da tradição imperial”. Valendo-se do ideário do evolucionismo histórico, para uma política científica, promoveram, por meio da linguagem que circulava na imprensa, uma reformulação da identidade nacional, deslegitimando a tradição pautada no nacionalismo indianista dos românticos. A geração de 1870 empenhou-se em desenvolver uma nova estrutura simbólica para a nação (ALONSO, p.242-243).

Os intelectuais questionavam a legitimação do regime pelo direito divino do rei; contrariavam as noções de desigualdade natural que mantivesse a maioria dos grupos distantes da participação política; rechaçavam a existência de uma religião que conduzisse os atos do governo; apontavam a deficiência do sistema representativo como responsabilidade da elite, não do povo;

criticavam as formas de efetuar a composição dos cargos públicos como determinantes na inoperância do Estado; ademais, eram contrários ao regime de trabalho escravo como base da produção (ALONSO, 2002, p.244).

A linguagem política utilizada pelos contestadores do sistema vigente, tanto grupos republicanos, quantos liberais, ambos descontentes com a condição de alijamento político, atua na construção de novas representações da ordem estabelecida. Desse modo, configura-se uma nova cultura política, fundada na contestação. Nossa direção será analisar a linguagem que possibilitou a emergência das representações impugnadores da ordem.

Analisaremos a linguagem veiculada pelo periódico *O Paiz*, redigido por Quintino Bocaiuva<sup>2</sup> e seus colaboradores. Sua redação localizava-se na Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, sendo propriedade de João José dos Reis Júnior. Circulava de segunda a segunda e seus escritos misturavam questões políticas, culturais, econômicas, jurídicas, criminais, entretenimento, além das propagandas, que ocupavam, tradicionalmente, as duas últimas páginas.

O valor da assinatura anual da folha, na Corte e em Niterói, era de 12\$000, ao passo que nas demais províncias cobrava-se 16\$000, para aquisição do número avulso, investia-se 40 RS<sup>3</sup>. Seus editores o declaravam como neutro em relação às querelas dos partidos políticos, apresentando-se como espaço de articulação de ambos os grupos veicularem seus posicionamentos e propostas<sup>4</sup>.

No entanto, a partir da análise da linguagem veiculada nas páginas do jornal, formulamos destoante hipótese acerca de seu posicionamento político. A folha ofertava severas críticas à

---

<sup>2</sup> Quintino Bocayuva era figura proeminente no movimento republicano da corte e líder do partido.

*O Paiz*, 16/10/1888, nº1470. Em seção intitulada *O Paiz*, são apresentadas as felicitações dadas ao periódico pelo seu quarto aniversário. Em trecho de “O Diário Popular de São Paulo” encontra-se a parabenização acompanhada de homenagem ao jornalista, “O Paiz é Quintino Bocaiúva, esta que é a verdade, e assim é que todos sentem”.

<sup>3</sup> O valor deste jornal era bastante acessível. Consideramos que um escravo de ganho ou mesmo alforriado poderia eventualmente comprar um exemplar, já que recebia cerca de 80 réis como remuneração pelo trabalho diário (MOREL, 2016, p.63).

<sup>4</sup> *O Paiz*, 26/06/1888, nº1358: Como é sabido, a nossa folha é neutra nas contendas dos partidos políticos que entre si disputam a preponderância no governo do Estado.

[...] a imprensa neutra é a arena do debate, e abrir espaço à livre manifestação do pensamento de cada um é fornecer, pela discussão, a própria opinião pública, o elemento indispensável para que ela se pronuncie com conhecimento de causa, quer tanto às doutrinas quer tanto aos partidos e às pessoas interessadas no pleito político.

[...] abrimos também hoje uma sessão especial que [...] fica pertencendo ao Partido Republicano, que por meio dos seus escritores terá a liberdade de fazer a propaganda dos seus princípios e a de defender os legítimos interesses.

Esse direito, nas mesmas condições, pode ser exercido por qualquer outro partido que queira ter na imprensa de grande circulação um espaço consagrado a ser o órgão das suas ideias.



ordem imperial, aos membros do governo representativo, ao próprio monarca e seus familiares; acusava o governo de corrupção; propagandeava a abolição; rechaçava as tradicionais cerimônias e festas; condenava o Poder Moderador, a centralização e o parlamentarismo. Ademais, a insatisfação atingia o possível Terceiro Reinado, por meio do apontamento das incapacidades da Princesa Isabel. É notável a postura republicana do jornal, interessado em encerrar o domínio imperial.

No ano 1888, a seção intitulada “Partido Republicano” dedicou-se a questionar os privilégios do regime monárquico e a inutilidade de um imperador. Utilizando aspectos linguísticos que caracterizavam a busca por progresso, evidenciando a ordem estabelecida como arcaica.

Que do campo senhores, para o **governo de todos**, sobretudo para o **governo republicano**, da pátria, em vez da exploração de tudo e de todos para um e os seus, para a **monarquia, ociosa e privilegiada**.

Se no passado a ideia da pátria casava-se a ideia de rei, é que o rei era o braço da pátria. Hoje, porém, **que é que pode ser o rei?** Alimento à árvore, sombra à ramagem, ou parasita dela? **Parasita**, porque a árvore tem agora a sombra das próprias folhas, não mais teme os furores dos céus: fez-se paz na floresta, e o vendaval não precipita troncos sobre troncos; parasita porque a pátria é hoje somente a pátria, tumulto do antepassado, lar do conterrâneo e o berço do filho. (O Paiz, n.1421, 28 ago. 1888).

De acordo com o vocabulário acima, percebemos um artifício linguístico republicano que almejava tornar sinônimos os termos democracia e república. Visto que, a República é caracterizada como “governo de todos”. Em contrapartida, a monarquia é associada aos vocábulos: exploração, ociosa, privilegiada.

Ademais, o jornalista propõe que o governo de um rei representa o “passado”. Observamos o uso de metáforas como recurso retórico. Sendo assim, o imperador é acusado de “parasita”.

A linguagem orientada pelo ideário progressista expõe a impossibilidade e a inutilidade de promover reformas na ordem vigente. É exposto que a monarquia é o passado, neste sentido, publica-se: “A monarquia é esterilização do passado, a leviana dissipação do presente e seria a catástrofe medonha do futuro nacional, se pudesse perdurar” (O Paiz, n.1393, 31 jul. 1888).

Os políticos da antiga geração são descritos pelo jornal como desinteressados em seguir os caminhos do progresso. Além disso, utilizando o recurso linguístico da metáfora, exibiu-se que

os “homens da monarquia” “tratam a nação como um poltrão esfaimado, cuja gula, dizem eles, é preciso saciar” (O Paiz, n.1376, 14 jul. 1888).

Destacamos nas páginas d’*O Paiz* o tom da linguagem que empregavam para revogar a legitimidade do *status quo* imperial. Em artigo intitulado “Mecanismo Emperrado”, valendo-se da ironia, apresentam a impossibilidade de o sistema funcionar de modo satisfatório, alegando que os impedimentos encontram-se na “exagerada centralização e no parlamentarismo”, não nos políticos que geriam a coisa pública.

Porque o mal é inerente ao nosso sistema de governo, enquanto perdurar o **parlamentarismo** não podemos pretender que os assuntos propriamente administrativos escapem à influência da política ou sejam por ela contrariados até nos tramites ordinários de expediente dos negócios.

O efeito da **exagerada centralização**, que torna dependente do despacho dos ministros até a falta de selos nos papéis entregues às secretárias, e que tanto avolumam o papelório obrigado a transitar pelos canais competentes, e facilmente se compreende que é admirável haver ainda quem queira ser ministro em um regime semelhante.

O defeito está no sistema e não nas pessoas, e é isso que caracteriza a **impotência do nosso governo para fazer o bem, ainda quando deseja fazê-lo** [...] (O Paiz, n.1396, 03 ago. 1888).

A linguagem acima polariza os vocábulos de “bem” e “mal”, definindo o governo imperial como o próprio “mal”, salientando sua impossibilidade de propagar o “bem”. O idioma conduz à percepção que o sistema vigente está “emperrado”, por mais que reformas sejam empreendidas, o regime monárquico continuará inadequado, incapaz de promover o bem comum. Desse modo, propaga-se que a solução dos problemas do país encontra-se em outro modelo de governo, a República.

O Poder Moderador<sup>5</sup>, frequentemente chamado de poder irresponsável, configurou o repertório da crítica de *O Paiz*. Proclamavam os problemas existentes no império como consequência das errôneas escolhas de Pedro II, que atuava desmoralizando os políticos em suas decisões.

---

<sup>5</sup> Emília Viotti da Costa orienta que as atribuições do referido poder reservavam a Pedro II uma dominação praticamente absoluta, podendo influir nas questões do legislativo e do judiciário, bem como atuar no executivo, compartilhando esse âmbito apenas com os ministros, que poderiam ser nomeados ou retirados dos seus cargos quando o monarca achasse conveniente. No entanto, o imperador, poucas vezes, impôs seus desejos nas decisões políticas e administrativas do país, deixando a cargo das oligarquias que controlavam a dinâmica política do Império (COSTA, 1999, p.461).

A linguagem da contestação caracterizava a atribuição de D. Pedro II como causador de um poder pessoal. Utilizando o vocábulo “ruína”, definem o monarca como responsável pela crise do Estado imperial, através de suas decisões facultadas pelo quarto poder (O Paiz, n.1240, 28 fev. 1888).

Os jornalistas conviviam com o ideário progressista e evolucionista do período. Nessa perspectiva, estas concepções moldavam o arcabouço linguístico destes intelectuais. Em seção intitulada Partido Republicano, defendem que: “A nação precisa restaurar-se, banir as instituições aviltantes que a tem aniquilado, retemperar-se nos largos concursos da verdadeira liberdade e entrar francamente nos **caminhos do futuro**” (O Paiz, n.1376, 14 jul. 1888). O vocábulo “futuro” permeia o idioma republicano, que entende a monarquia como símbolo de um passado que precisa ser abandonando.

O movimento de contestação do regime imperial compreendia que: “Não é pertinente no momento atual, volvermos a esse **passado** de ontem para fazermos reparos importunos que de modo algum aproveitam” (O Paiz, n.1358, 26 jun. 1888). De acordo com a linguagem evidenciada, notamos que propagandeavam a impossibilidade do regime de prosperar, a monarquia ficara no passado, e nenhuma reforma poderia direcioná-la para o futuro.

A nova geração de intelectuais questionava a forma como era recebido o movimento republicano pelos monarquistas: “Em falta de argumentos válidos com que possam combater a **marcha natural da transformação monárquica para o regime republicano**, eles procuram caluniar e deprimir o movimento” (O Paiz, n.1358, 26 jun. 1888). O vocabulário linguístico marcado pelas noções evolucionistas é evidente ao analisarmos o uso do termo “marcha natural”. Os questionadores da ordem entendiam que a substituição do sistema aconteceria como um caminho da evolução e do progresso.

As cerimônias e festas costumeiramente realizadas na corte compunham o aparato que sustentava o poder monárquico. A crítica também respingou nesses eventos tradicionais, diminuindo sua relevância e construindo uma narrativa de esbanjamento do tesouro nacional.

A cerimônia de entrega da Rosa de Ouro à princesa Isabel, pelo aniversário da Lei do Ventre Livre, fomentou agitações por parte do periódico, além da crítica de sujeição da monarquia ao poder temporal, ironizaram da seguinte forma: “O governo dará a solenidade religiosa toda a pompa oficial que lhe for compatível” (O Paiz, n.1421, 28 ago. 1888).

Ademais, em meio as acusações de desperdício do dinheiro público, figurou o presente dado pelo Imperador ao seu médico, que acompanhou o seu tratamento contra a diabetes. Em passagem intitulada “Mimo Imperial” satirizavam a casa oferecida por Pedro II ao responsável pela sua saúde (O Paiz, n.1412, 19 ago. 1888).

A doença que atingiu Pedro II em primeiro de março de 1887 originou especulações acerca da sua estabilidade mental, três meses depois, em 23 de junho de 1887, deixou o país para tratar sua enfermidade na Europa. A partida do imperador fez com que a princesa Isabel assumisse o governo como regente, pela terceira vez, dando provas de que o Terceiro Reinado estaria próximo. A futura imperatriz, bem como seu esposo, o Conde d’Eu, não eram bem quistos na sociedade imperial, até mesmo entre os monarquistas. Argumentava-se sobre o vazio de poder deixado com a ausência do monarca (HOLLANDA, 2004, p.353).

A linguagem expressa nas páginas de *O Paiz* valeu-se, a partir daí, da situação. A diabetes do imperador era associada a demência, e as freqüentes menções ao estado de saúde do monarca conduzem a construção de uma linguagem de incapacidade do governante em gerir os assuntos públicos, alegando que a anarquia havia se instalado.

Inúmeros artigos aproveitavam-se da condição física do governante na construção da linguagem contestatória “O Estado de saúde do Imperador do Brasil agravou-se com os últimos incômodos que apareceram e Sua Magestade está de cama” (O Paiz, n.1311, 09 mai. 1888); em outra edição “Os médicos que examinaram Sua Magestade ultimamente constatam a existência de congestão e nelvragia, complicando seus padecimentos gerais” (O Paiz, n.1315, 13 mai. 1888); ademais “Apesar das melhorias de Sua Magestade persistem os cuidados pela gravidade do seu estado” (O Paiz, n.1330, 29 mai. 1888); e ainda “O imperador não mostra resentir-se de fadiga, apesar do seu estado de fraqueza” (O Paiz, n.1338, 06 jun. 1888); além disso, “A febre é intensa e o Dr. Semola receia que sobrevenham perturbações cerebrais” (O Paiz, n.1314, 12 mai. 1888).

A linguagem expressa nas páginas do periódico caracterizava o Imperador Pedro II por meio dos vocábulos “astro obscuro; funesto”. O Segundo Reinado é descrito como de “pura perda”. Em contrapartida propagandeavam a República como a obra de organização da nação, descrevendo-a como “gloriosa” (O Paiz, n.1393, 31 jul. 1888).

Em junho de 1889, publicava-se n’O Paiz que a monarquia estava com os dias contados. Afirmava-se que o que ainda mantinha a ordem vigente era “uma tolerância respeitosa pelas

peessoas da família imperial”. Contudo, “o privilégio odioso e obsoleto” da Dinastia de Bragança daria lugar, por meio das “conquistas pacíficas do progresso” à República (O Paiz, n.1710, 13 jun. 1889).

O ano de 1889 fora marcado pela concessão de inúmeras condecorações por parte do governo imperial, a fim de angariar apoiadores para a manutenção da ordem estabelecida. Tal fato é alvo das críticas do periódico. Sendo assim, utilizando metáforas como artifício retórico, a folha propagava que a instituição monárquica estaria ruindo.

Esta superactividade funcional do aparelho governamental do Império denuncia um **estado inflamatório e febril**.

**Paralisia do corpo social; irritação congestiva do cérebro governamental;** são problemas ou indícios de uma **fatal demência**.

A psiquiatria moderna possui no seu quadro nosológico a espécie conhecida por delírio das grandezas.

**O poder monárquico está relevando**, neste período crítico de sua existência, **o delírio da confiança**.

Cada Barão que se fabrica, cada tenente coronel da Guarda Nacional que é nomeado, cada faminto que se retira da ucharia governamental com a **sua tigela cheia de caldo**, aparece-lhe um novo esteio para as instituições, uma nova coluna para sustentar a **abóboda dos privilégios**, cujo peso recai mais duramente sobre os ombros do povo contribuinte, do povo que trabalha e sofre (O Paiz, n.1790, 01 set. 1889).

A crise enfrentada pelo Império é descrita, através de metáforas, como “um estado inflamatório e febril”. A sociedade é expressada como sofrendo de “paralisia” diante do quadro governamental. Notamos o aproveitamento do estado de saúde de Pedro II pelo vocabulário linguístico do jornal, já que esboçava-se uma “irritação congestiva do cérebro governamental”, “uma fatal demência”. O idioma republicano parece tentar aproximar a doença enfrentada pelo monarca e a ineficiência do regime, alegando um vazio de poder.

Ademais, as condecorações fornecidas pela monarquia são representadas como um esteio para as instituições imperiais. O termo “abóboda de privilégios” é utilizado como sinônimo para o governo estabelecido.

## Conclusão

Promovemos uma análise acerca do debate historiográfico da história do ideário político e intelectual da geração de 1870. O balanço realizado perpassa trabalhos entre 1925 e 2015. Entretanto, nessa longa temporalidade é possível observar alguns elementos que contribuíram para a elaboração de análises que se tornaram marcos importantes para este tema: Carvalho e Alonso, principalmente. Seguindo as proposições destes dois últimos trabalhos, tentou-se analisar algumas edições do jornal *O Paiz*.

A nova elite política imperial utilizava os artifícios comunicativos da época para expor uma nova linguagem que conjugava a ordem estabelecida. A partir dos novos conceitos associados ao regime monárquico, uma representação diferente é moldada. Nesta perspectiva, a direção da geração de 1870 foi construir um linguajar que descaracterizava a monarquia, visando evidenciar um idioma que propagandeava e legitimava o governo republicano.

Portanto, destacamos que o vocabulário linguístico, expresso pelos grupos aliados do poder, exercem cada vez mais pressão contra a ordem. Os sentidos que conferem legitimidade a manutenção do regime monárquico, pouco a pouco, vão se perdendo, nas páginas de jornais, nas passeatas, nos comícios. A articulação dos descontentes em um bloco unificado, mesmo que temporariamente, se traduz no golpe final à ordem imperial, o 15 de novembro põe a monarquia abaixo. O Terceiro Reinado cede espaço, a contragosto, à República Federativa do Brasil.

### Referências:

#### 1. Fonte

*O Paiz*

#### 2. Bibliografia

ALONSO, Angela. **Ideias em Movimento: A geração 1870 na Crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. Apropriação de ideias no Segundo Reinado. In: GRINBERG, K. ; SALES, R. (Org.). **Coleção O Brasil Império Vol III (1870-1889)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. (no prelo).

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BLANCO, Silvana Mota Barbosa. **República das letras: discursos republicanos na província de São Paulo (1870-1889)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Campinas, 1995.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem: A elite política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CHARTIER, Roger. Defesa e Ilustração da noção de Representação. **Fronteiras**, 24. Dourados, p.15-29, 2011.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 6. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

FERREIRA, Lúcia. M. A. Representações da sociabilidade feminina na imprensa do século XIX. **Fênix**, 2. Rio de Janeiro, p.1-16, 2010.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **O Brasil Monárquico: do Império à República**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

MACHADO, Humberto Fernandes. **Intelectuais, imprensa e abolicionismo no Rio de Janeiro**. XXIV Simpósio Nacional de História, 2007.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A república consentida**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)**. Jundiaí: Paço editorial, 2016.

PESSANHA, Andrea Santos da Silva. **O Paiz e a Gazeta Nacional: Imprensa republicana e abolição**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2006.

RIBAS da COSTA, Milene. **A implosão da ordem: A crise final do Império e o Movimento Republicano paulista**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, 2006.

SIQUEIRA, Karulliny Silverol. **O Império das Repúblicas: Projetos políticos republicanos no Espírito Santo, 1870-1908**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil AS, 1987.

VIANA, Oliveira. **O ocaso do Império**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.